



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Carta n.º 2/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP

Brasília-DF, 13 de setembro de 2022

**Ref.:** Concorrência nº 002/2022 - DECOMP/DA.**Objeto:** Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, de empresa especializada para execução de Reforma da Sala Martins Pena, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS.

Prezados(as) Senhores(as),

Comunicamos que os Recursos Hierárquicos, protocolados pelo CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA (93918790, 94142190, 95006681, 95076980 e 95077827), foram **NEGADO PROVIMENTO**, conforme decisão do Presidente (95263574) que manteve o entendimento da Diretoria Jurídica (95103293), abaixo transcrito:

1. Trata-se de requerimento da Senhora Secretária-Geral consubstanciado no Despacho NOVACAP/PRES (SEI nº 95082853), segundo o qual:

Trata o presente processo dos Recursos Hierárquicos, com pedido de efeito suspensivo (Doc. SEI/GDF n.ºs 95076980 e 95077827), protocolados hoje, dia 08/09/2022, pelo Consórcio Teatro de Brasília, referente à Concorrência n.º 002/2022 - DECOMP/DA.

Insta ressaltar que o certame em tela está em trâmite nos autos do Processo SEI/GDF nº 00112-00026230/2021-00.

Ante o exposto, encaminhamos os autos para análise e manifestação, de competência dessas Especializadas, quanto ao disposto nos referido recursos, à luz do entendimento da Diretoria Jurídica, constante do Parecer SEI-GDF n.º 459/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, (doc.93105453), para que essa Presidência possa se manifestar.

2. Considerando que a questão ora enfrentada não apresenta complexidade, passo a me manifestar por meio deste despacho.

3. Pois bem. O Parecer SEI-GDF n.º 491/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (94174970) analisou os recursos apresentados na fase de habilitação da Concorrência nº 002/2021 – DECOMP/DA (87051366) pelas empresas abaixo:

EMPRESA	SEI
ENGEMIL Engenharia Empreendimentos Manutenção e Instalações Ltda.	92080556
CONCREPOXI Engenharia Ltda	92203540
Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda	92130475

Consórcio SQUADRO/TOTALQP - formado pelas empresas Construtora e Incorporadora SQUADRO Ltda	92066713
Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA - formado pelas empresas CONCREJATO Serviços Técnicos de Engenharia S/A e MPE Engenharia e Serviços S/A	92203794 92229560

4. Naquela oportunidade, especificamente quanto ao recurso apresentado pela empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, restou consignado:

A empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA interpôs recurso administrativo visando a inabilitação do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, nos termos do Doc. SEI 92130475.

Contudo, nos termos da fundamentação já exposto ao longo deste Parecer, concluiu-se que em razão de ter sido a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, o CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA não preenche os requisitos de habilitação na presente licitação.

**Nesse sentido, temos que a empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA carece de interesse recursal, compreendido pela "possibilidade de obtenção de posição mais favorável à esfera jurídica do Recorrente quando cotejada com aquela emanada no pronunciamento da instância a quo, materializada na presença cumulativa do binômio necessidade-utilidade do provimento judicial pela instância ad quem." (AC. de 19.6.2018 no RespEL nº 18725, rel. Min. Luiz Fux.).**

Portanto, em razão da perda superveniente do interesse recursal, sugerimos que lhe negado provimento ao recurso interposto. (grifamos)

5. Ademais, a questão de fundo apresentada na irresignação do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, qual seja, a inidoneidade da MPE Engenharia e Serviços S/A, empresa que compõe o consórcio requerente, já foi analisada duas vezes por esta Diretoria Jurídica. A primeira, por meio do Parecer SEI-GDF n.º 459/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (93105453) e a segunda, por intermédio do Parecer SEI-GDF n.º 491/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (94174970), anteriormente citado.

6. Portanto, os argumentos trazidos pelo CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA em nada inovam em relação à situação fática enfrentada pelos Pareceres acima mencionados. Um novo posicionamento jurídico seria recomendado apenas se houvesse pedido de esclarecimento de dúvida jurídica fundamentada e específica não enfrentada anteriormente. Tal procedimento está alinhado aos manuais de boas práticas de advocacia consultiva.

7. A ausência de fatos novos, ademais, também afasta a aplicação do princípio da autotutela administrativa, já que o pedido em questão não se enquadra na hipótese prevista no art. 109, inciso III, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do [§ 4º do art. 87 desta Lei](#), no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. [\(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. [\(Vide art 109 inciso III\)](#)

8. Da mesma forma, o pedido da empresa não encontra guarida nos incisos I e II do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, **uma vez que da decisão (94684649) do Presidente da Novacap, instância superior neste caso, não cabe qualquer recurso.**

9. Vale ressaltar, a propósito, que todos os licitantes puderam manifestar seus interesses na fase adequada, **estando a matéria, portanto, preclusa**<sup>2</sup>.

10. Sobre o assunto, veja-se trecho do Acórdão 1.788/2003 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

O TCU acórdão 1.788/2003 (plenário), apresenta seu posicionamento:

45. Caberia então a impetração de novo recurso hierárquico, com direito a novo juízo de retratação por parte da Comissão de Licitação? Entendo que não. A Comissão, ao julgar o recurso, já havia analisado as razões dos recorrentes e as contrarrazões das empresas que exerceram este direito no devido tempo. Não faz sentido submeter a Comissão à nova análise sobre a mesma matéria, considerando que todos os argumentos dos interessados já deveriam estar no processo desde a fase das contrarrazões.

(...)

48. Em qualquer dos casos, entendo que os momentos adequados para as empresas manifestarem seus argumentos são quando da interposição de recurso e da apresentação de contra-razões, havendo preclusão do direito de as licitantes praticarem estes atos se não forem observados os prazos previstos em lei, a não ser que a Administração, ao decidir pela retratação, o faça com base em fatos novos, contra os quais não se tenha dado oportunidade de defesa aos licitantes, o que não parece ser o caso em comento, conforme a argumentação dos recorrentes (item 14.1 da instrução).

11. Por fim, alerta-se que a presente análise se restringe à consulta realizada, não sendo objeto desta manifestação a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. Outrossim, os administradores sempre podem adotar solução diversa da ora preconizada, bastando que o façam em ato motivado<sup>3</sup>.

Os documentos que corroboraram para decisão encontram-se à disposição de todos os interessados na Divisão de Licitações e Contratos - DILIC/DECOMP/DA, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco "A", 1º andar – conjunto sede da Companhia em Brasília e no *sítio* [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br).

**LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO**

Chefe do Departamento de Compras - DECOMP

NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 14/09/2022, às 16:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **95486419** código CRC= **9E927CBB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF